

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

# MOÇÃO Nº XX, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

(Publicada no D.O.U em XX/XX/2017)

*Recomenda aos setores usuários de recursos hídricos a proposição e implantação de reservatórios de acumulação de água e aos órgãos participantes dos processos de licenciamento ambiental, aos órgãos gestores e conselhos de recursos hídricos, aos comitês de bacia e aos órgãos gestores de infraestrutura, a articulação para promoção de políticas para implantação de empreendimentos capazes de aumentar a disponibilidade hídrica e minimizar conflitos de uso, nas escalas local, regional e nacional.*

O **Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH**, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 2.612, de 3 de junho de1998, e tendo em vista o disposto no seu regimento interno anexo à Portaria nº 437, de 08 de novembro de 2013, e

Considerando a diretriz geral da Política Nacional de Recursos Hídricos, definido no parágrafo 3º do Art. 3º da Lei nº 9.433/1997, de integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

Considerando os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos: I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais;

Considerando a relevante continuidade do crescimento socioeconômico brasileiro, que se traduz necessariamente na maior demanda de insumos básicos como água, transporte, combustíveis, energia, alimento, entre outros;

Considerando a necessidade de compatibilização das crescentes demandas socioambientais com as políticas de infraestrutura usuárias de recursos hídricos;

Considerando a necessária estabilidade regulatória para empreendimentos de infraestrutura hídrica, sobretudo os de grande porte;

Considerando a maior recorrência de eventos climáticos extremos, que potencializam secas e cheias, e a necessária mitigação dos seus efeitos, bem como a redução dos conflitos pelo uso da água;

Considerando os Acordos e Compromissos Internacionais assumidos pelo País no uso sustentável dos recursos naturais e a diminuição de emissão de gases de efeito estufa;

1. Recomenda aos setores usuários de recursos hídricos a proposição e implantação de reservatórios de acumulação de água capazes de aumentar a disponibilidade hídrica, ao mesmo tempo em que contribuem para minimização dos conflitos de uso da água;
2. Recomenda aos órgãos participantes dos processos de licenciamento ambiental, aos órgãos gestores e conselhos de recursos hídricos, aos comitês de bacia e aos órgãos gestores de infraestrutura, a articulação para promoção de políticas para implantação de reservatórios de acumulação de água capazes de aumentar a disponibilidade hídrica e, ao mesmo tempo, minimizar conflitos de uso, nas escalas local, regional e nacional.

# JOSÉ SARNEY FILHO

Presidente do CNRH

# JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR

Secretário Executivo do CNRH